



SESSÃO TEMÁTICA Nº 10 – AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ampliando a perspectiva avaliativa do Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Federal do Ceará

Márcia Monalisa de Moraes Sousa Garcia
Universidade Federal do Ceará

Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará

Resumo:

O campo da avaliação de políticas públicas tem sido hegemonicamente orientado por perspectivas de avaliação regidas pela agenda neoliberal, que tem como propósito avaliar políticas públicas a partir do cumprimento de suas metas (efetividade), da relação custo-benefício (eficiência) ou de seus resultados positivos (eficácia), gerando indicadores que apontam para os sucessos ou fracassos das políticas a partir desses critérios, mas, por outro lado, desconsiderando os atores envolvidos e os contextos que circunscrevem essas políticas. Este artigo tem como objetivo apresentar resultados parciais de uma pesquisa avaliativa do Programa Ciência sem Fronteiras, formulado em 2011 no Governo Dilma Rousseff, realizada no lócus institucional da Universidade Federal do Ceará (GARCIA, 2020), sob a perspectiva da avaliação em profundidade, desenvolvida por Rodrigues (2008). Para tanto, definem-se como objetivos específicos: (i) analisar as avaliações tradicionais do Programa CsF; (ii) apresentar novos indicadores de avaliação sobre o CsF, com resultados diferenciados sobre o Programa; (iii) demonstrar, à luz da avaliação realizada, a insuficiência dos resultados das avaliações tradicionais para dar conta da multidimensionalidade do CsF, ao se considerar outros sentidos atribuídos pelos sujeitos envolvidos nos contextos institucionais em que o Programa foi implementado. Como resultados, se as avaliações analisadas reforçam o caráter instrumental do Programa, esta pesquisa avaliativa, de caráter qualitativo, da trajetória do CsF na UFC revela que o CsF impulsionou o processo institucional de internacionalização da UFC e contribuiu para a afirmação do desenvolvimento de ações de educação superior, afirmando-a como um direito e um bem público. Considera-se que os resultados desta pesquisa avaliativa produziram outros indicadores sobre o CsF, diferentes daqueles gerados nas avaliações tradicionais analisadas e que mostram resultados mais aderentes à decisão política de extinção do Programa no Governo Temer em 2017.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Avaliação em Profundidade. Internacionalização. Programa Ciência sem Fronteiras.

1 INTRODUÇÃO

O campo da avaliação de políticas públicas tem sido hegemonicamente norteado pelo paradigma positivista de avaliação, regido pela agenda neoliberal, tendo como finalidade avaliar uma política a partir do cumprimento de suas metas (efetividade), da relação custo-benefício (eficiência) ou de seus resultados positivos (eficácia), desconsiderando os contextos, os atores envolvidos nessas políticas e gerando indicadores de avaliação que apontam para os sucessos ou fracassos das políticas.

Foi o que aconteceu com o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), formulado em 2011 no Governo Dilma Rousseff e extinto em 2017 pelo Governo Temer sob a justificativa do ajuste fiscal. O Programa CsF passou por duas avaliações governamentais em 2015, pautadas em uma dimensão economicista, que apresentaram dados gerais sobre o funcionamento do programa, sua implementação e execução orçamentária.

No meio acadêmico, também se encontram poucas avaliações sobre o Programa, as quais tendem a reproduzir modelos hegemônicos de avaliação, centrados na mensuração. Todas as pesquisas avaliativas encontradas na Plataforma de Teses e Dissertações da CAPES foram pautadas em critérios de eficiência, eficácia e efetividade, cujos resultados evidenciaram os pontos positivos e negativos, as dificuldades e fragilidades da política, apontando para os seus fracassos.

Partindo do pressuposto de que as avaliações tradicionais, norteadas por princípios e valores neoliberais, são insuficientes para dar conta das dimensões políticas, sociais, culturais que circunscrevem uma política pública, apresentamos os resultados de uma avaliação do Programa CsF no lócus institucional da Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolvida sob a perspectiva da avaliação em profundidade, fundamentada no paradigma pós-constructivista, proposto por Raul Lejano (2012), que prima pela compreensão das dimensões do contexto e da experiência da política.

Para tanto, analisamos avaliações tradicionais do Programa CsF, demonstrando, à luz do paradigma hermenêutico, a insuficiência de seus resultados para dar conta de dimensões dos sujeitos envolvidos e dos contextos institucionais do CsF. E apresentamos outros indicadores de avaliação sobre o CsF, com resultados diferenciados sobre o Programa.

Para uma melhor organização, este artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção traz uma discussão sobre as questões epistemologias que envolvem o campo da avaliação de políticas públicas. A terceira apresenta a construção metodológica da pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa, em que foi realizada uma revisão de literatura sobre as avaliações do Programa CsF realizadas no Brasil no

período de 2012 a 2018, e propõe uma ruptura com o modelo tradicional de avaliação a partir da realização de uma avaliação em profundidade do Programa CsF na UFC. E, finalmente, na quinta seção, apresentam-se os apontamentos conclusivos sobre este trabalho.

2 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação de políticas públicas é um campo de estudo ainda em desenvolvimento. Seu fortalecimento na gestão governamental se deu a partir nas décadas de 1980 e 1990, impulsionado pelo modelo de Estado neoliberal de Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, e de Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, passando, assim, a assumir cada vez mais uma densidade política, sendo utilizada como instrumento de poder e estratégia de governo, mas também a incorporar práticas de mercado. (SOBRINHO, 2003).

Seguindo o modelo norte-americano, no Brasil, o campo da avaliação em políticas públicas intensificou-se no final da década de 1980 e início de 1990 no contexto da Reforma do Estado, que visava “enxugar” a máquina pública e, segundo Rodrigues (2008), surgiu para atender à agenda neoliberal, de dependência do Estado frente ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que passaram a exigir sistemas de monitoramento de avaliação mais criteriosos acerca dos projetos por eles financiados.

Esses marcos históricos explicam porque a avaliação das políticas públicas tem sido predominantemente pautada por perspectivas generalizantes aplicáveis a qualquer país ou situação; fundada ainda nos paradigmas positivistas de análise e predomínio de referenciais economicistas, baseando-se em critérios pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividade das políticas, a partir de indicadores estatísticos que revelam a relação custo-benefício em relação ao investimento realizado, que buscam verificar em que grau os objetivos traçados foram atingidos ou até mesmo emitir um juízo de valor acerca de determinada política. (RODRIGUES, 2011).

Esse modelo positivista fundamenta-se no paradigma científico dominante, constituído basicamente no domínio das Ciências Naturais, originado a partir da Revolução Científica ocorrida na Europa no século XVI, quando o conhecimento passou a ser algo objetivo e prático, baseado na realidade tal qual ela é. (SANTOS, 2011). Nessa concepção da ciência moderna, só era considerada ciência aquilo que era quantificável. O que não era convalidado pela ótica científica era considerado prejudicial ao progresso e crescimentos das sociedades (CARVALHO, 2005). Entretanto, as leis da natureza não são as mesmas que regem a sociedade, pois a “ação humana não é apenas biologicamente determinada, mas se dá principalmente pela incorporação das experiências e conhecimentos produzidos e transmitidos de geração a geração” (ANDERY, 1988, p. 12).

Apesar de a comunidade científica estar vivenciando a emergência de novos paradigmas científicos, é perceptível que o paradigma positivista ainda predomina na construção do conhecimento científico na nossa sociedade, não somente no campo da avaliação, mas também no âmbito da educação e das políticas públicas, o que pode ser observado, inclusive, na configuração do Programa CsF, objeto desta avaliação, cujas áreas prioritárias definidas para concessão de bolsas, restringiram-se às áreas de engenharias e tecnologias.

Essa hegemonia, regida pela agenda neoliberal e o gerencialismo técnico (GUSSI, 2019), perpassa não somente o campo da avaliação, mas também as universidades e a internacionalização, pois “a universidade é também um espaço de disputa de hegemonia entre diferentes perspectivas do fazer ciência”. (CARVALHO, 2015, p. 16).

No entanto, esse modelo, ainda hegemônico, torna-se insuficiente quando se depara com a multiplicidade de valores, contextos e invariabilidades encontrados e vivenciados em uma comunidade, pois como afirmam Gussi e Oliveira (2015, p. 5), “desconsidera os sujeitos sociais, envolvidos nas políticas, bem como os contextos sociopolíticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas se realizam e as contradições neles inerentes”.

Em meio a essa complexidade do campo da avaliação, que não é meramente epistemológica, mas resultado de distintas concepções em torno do papel do Estado e da educação na sociedade, surgem outras perspectivas de avaliação, que se afastam dos modelos hegemônicos, regidos pelos marcos regulatórios do Estado e do mercado, e que buscam uma compreensão da política a partir da dimensão da experiência dos sujeitos e do seu contexto.

Encontra-se, portanto, no paradigma pós-construtivista proposto por Lejano (2012) o aporte analítico para se avaliar uma política pública, oferecendo os meios necessários para situá-la em determinado contexto e compreender a singularidade da experiência dos atores envolvidos com a implementação da política.

Lejano (2012, p. 114) compara uma política a uma poesia, sujeita “a uma série possivelmente interminável de interpretações”, devendo ser lida, interpretada e reinterpretada sem que se atribua um significado exato a ela. Para tal, faz-se necessário adentrar nos detalhes intrínsecos à realidade, isto é, em seu contexto, para apreender os significados atribuídos à política.

Para Lejano (2012, p. 123) não há análise de texto fora de contexto, pois “o contexto nos permite conectar essa parte ao todo”, sendo necessário buscar consistências do texto com elementos do contexto. Isto porque, uma mesma política pode ser implementada de forma distinta em diferentes instituições, o que o autor denomina de “coerência institucional”, quando uma política precisa, de alguma maneira e em diferentes aspectos, “encaixar-se” em uma instituição.

Coerência, até certo ponto, significa que o texto original deveria ser adaptado a cada lugar. Assim, essencialmente, ao mesmo tempo em que política é, afinal, texto e é afinal levada de um lugar a outro pelos detentores de poder, ainda requer ser posta fisicamente em cada lugar, e isso significa, em virtude da necessidade de ao menos certo grau de coerência, que a política não será idêntica em cada situação. Ou seja, o engajamento do texto com o real induz mudanças na maneira pela qual a política é posta em ação. O que resulta não é isomorfismo, mas poliformismo (LEJANO, 2012, p. 229).

Assim, coerência descreve o nível que uma política é incorporada em determinado lugar. Por isso, ao avaliar uma mesma política em contextos diferentes, encontrar-se-á polimorfismos, isto é, uma diversidade de interpretações. Além disso, quando se adentra em uma instituição para buscar compreender o desenvolvimento de uma política, é preciso atentar que seu funcionamento vai além das fronteiras do modelo formal, porque “as instituições reais não são apenas regras e estruturas organizacionais, mas se encontram entrelaçadas com cultura, histórias, personalidades e outras contingências de contexto” (LEJANO, 2012, p. 261).

A essa teia de relações que fogem do modelo formal de uma instituição, Lejano (2012) denominou “topologia das instituições”. Portanto, para se compreender a implementação do CsF na UFC, além de buscar as consistências entre o texto (a política) e o contexto (a UFC), foi necessário compreender como os responsáveis pela sua execução na Universidade experienciaram a política, isto é, sua trajetória institucional. (RODRIGUES, 2008; GUSSI, 2008).

Como base nesses pressupostos, encontramos no paradigma hermenêutico os fundamentos necessários para uma avaliação do CsF, que não considere apenas a dimensão econômica do Programa, mas as múltiplas dimensões que o circunscrevem, possibilitando, como se verá, encontrar outros resultados sobre a experiência do Programa CsF na UFC.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA AVALIATIVA

A partir de uma abordagem qualitativa, realizou-se um Estado da Arte para conhecer como se deu a produção de conhecimento sobre o CsF, as lacunas sobre o campo da avaliação e reconhecer as contribuições que novas pesquisas poderiam trazer para a área. (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Para tanto, foram realizadas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e no Repositório Institucional da UFC por meio da utilização dos termos “Ciência sem Fronteiras” e “Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras”, utilizando um recorte temporal de 2012 a 2018 a fim de abranger o período de vigência do Programa e publicações posteriores ao seu fim. Nesse período, não foram localizadas pesquisas sobre o CsF no repositório da UFC. Já no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, foram localizadas 88 pesquisas, sendo 9 dissertações avaliativas sobre o CsF, pautadas na análise da eficiência, eficácia e efetividade do CsF.

Em reação à hegemonia do modelo gerencialista, buscou-se uma análise mais interpretativa do Programa CsF, por meio da realização de uma avaliação em profundidade, desenvolvida por Rodrigues (2008) e fundada no paradigma pós-construtivista de Lejano (2012), que ofereceu os elementos analíticos para uma avaliação ampla e densa por meio da análise dos paradigmas norteadores do CsF, de seu contexto político-institucional de implementação, bem como de sua trajetória por diferentes níveis e áreas de conhecimento na UFC.

A fim de desenvolver os eixos analíticos da avaliação em profundidade, para a coleta de dados foram realizadas análises de documentos produzidos sobre o Programa CsF pelo Ministério da Educação (MEC) e pela UFC, como relatórios, decretos, resumos executivo, instruções normativas, portarias e discursos institucionais. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores de diferentes níveis hierárquicos.

Para conhecer como o Programa foi operacionalizado junto aos alunos, foram entrevistados coordenadores de 9 cursos de graduação, sendo eles 5 cursos das áreas de Ciência e Tecnologia, como Arquitetura e Urbanismo, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Civil e Engenharia de Produção Mecânica, que foram os cursos que mais enviaram alunos; bem como 4 cursos na área de Humanas, como Cinema e Audiovisual, Design de Moda, Jornalismo e Publicidade, que entraram no Programa pela área da Indústria Criativa, contemplada nos primeiros editais em 2012. Também foram entrevistados os gestores da administração superior da UFC, sendo 2 reitores; 2 pró-reitores de graduação e o coordenador de assuntos internacionais. Com isso, foi possível conhecer como esses gestores pensam a internacionalização e como o CsF foi representado na UFC.

Por meio desse caminho teórico-metodológico, foi possível conhecer as limitações das avaliações tradicionais e ampliar o conhecimento sobre os resultados do Programa CsF a partir de outros indicadores de avaliação, como se verá na próxima seção.

4 AMPLIANDO A PERSPECTIVA AVALIATIVA SOBRE O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

Para desenvolver os objetivos desta pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura para conhecer como o Programa CsF tem sido investigado, quais as abordagens de avaliação e seus resultados. Para ampliar a compreensão sobre o CsF, realizou-se uma avaliação em profundidade do Programa CsF na UFC, cujos indicadores apontaram resultados diferenciados sobre o CsF.

Esta seção está organizada em duas subseções: 4.1) Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras: revisão da literatura, em que são apresentadas as avaliações realizadas sobre o CsF tanto por órgãos federais, quanto nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras entre 2012 e 2018; e 4.2) Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras: uma ruptura, em que apresentamos uma avaliação em profundidade realizada sobre o Programa CsF na UFC, por meio

da qual foram produzidos novos indicadores sobre a política e seus desdobramentos na internacionalização da Universidade.

4.1 Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras: revisão de literatura

Apesar de sua dimensão, encontram-se poucos estudos avaliativos sobre o Programa CsF, sobretudo, sobre sua relação com a internacionalização das universidades. Além disso, as poucas avaliações são predominantemente fundamentadas em um paradigma positivista de avaliação, norteados pela agenda neoliberal, apresentando um enfoque na dimensão econômica da política.

Em 2015, no âmbito do Governo Federal, foram realizadas duas avaliações do Programa CsF: uma pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e outra avaliação pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal, que apresentou dados gerais sobre o funcionamento do CsF, sua implementação e execução orçamentária, bem como falhas em seu processo de implementação.

No meio acadêmico, também se encontram poucas pesquisas avaliativas sobre o Programa CsF. Uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o termo “Ciência sem Fronteiras” e “Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras”, em um recorte temporal de 2012 a 2018¹, apontou que das 88 pesquisas que abordam o CsF, somente 9 dissertações avaliaram o Programa. Além disso, essas pesquisas, orientadas pela racionalidade positivista ainda hegemônica, tendem a reproduzir avaliações pautadas em critérios de eficiência, eficácia e efetividade, cujos resultados, em sua maioria, apontam para o fracasso da política ao considerar sobretudo seu aspecto econômico, como mostra o quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Avaliações do Programa CsF nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras no período de 2012 a 2018.

- Athayde (2016) avaliou os processos pós-seleção e os impactos do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na perspectiva dos alunos que receberam bolsa, buscando descrever suas experiências, identificar os pontos positivos e negativos nos processos e destacar os impactos do Programa, além de levantar sugestões de melhoria. Teve como foco o custo-benefício e o confronto dos objetivos com os resultados. Seus resultados apontaram que, apesar das falhas no processo de implementação, o Programa apresentou impactos positivos na vida pessoal, acadêmica e profissional dos estudantes;
- Cruz (2016) realizou uma avaliação do Programa CsF fundamentada no “Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores e o Paradigma Multidimensional” de Sander (1995), buscando caracterizar o CsF e seus objetivos, identificar indicadores de eficácia, eficiência, efetividade e relevância a partir de indicadores voltados ao desenvolvimento tecnológico e científico, à cienciometria e à competitividade. Quanto à eficácia do CsF, apontou indicativos de que

¹ O recorte temporal de 2012 a 2018 teve a finalidade de abranger não somente o período de vigência do programa, mas também possíveis publicações decorrentes de seu fim.

o programa atingiu seu objetivo de conceder 100 mil bolsas, apesar de que não foram bem estipulados nos objetivos do programa como essas bolsas deveriam ter sido distribuídas no país e no mundo; quanto à eficiência, o autor concluiu que houve um alto custo administrativo do programa quando comparado a outros programas da CAPES e notou uma dificuldade em se verificar a eficiência do gasto público quanto ao aproveitamento e ao desempenho dos bolsistas; quanto à efetividade, notou-se uma dificuldade ainda maior de se obter dados para mensurá-la, pois não há uma sistematização de informações sobre o Programa CsF; e, finalmente, quanto à relevância, os coordenadores institucionais e os bolsistas consideraram o programa bastante relevante;

- Vieira (2016) analisou todas as fases do Programa a partir do ciclo das políticas públicas: identificação do problema, inclusão na agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção/formulação, considerando dois critérios para a análise: eficiência administrativa e eficácia, com o objetivo de chegar a duas diferentes conclusões: se o programa foi implementado do modo estabelecido previamente e se ele está sendo capaz de atingir os objetivos propostos. A avaliação baseada nos dois critérios e das declarações dos envolvidos no programa mostrou que o CsF não foi realizado da melhor maneira possível, mas que, a longo prazo, o Programa deve mostrar benefícios para o desenvolvimento do país e do setor da educação superior;
- Conceição (2017), em sua pesquisa, teve como objetivo geral avaliar o Programa CsF com foco em três variáveis de resultado. Para atingir esse objetivo, o trabalho foi dividido em dois ensaios. O primeiro ensaio analisou o impacto causal do programa sobre o desempenho dos ex-bolsistas do CsF a partir dos micro dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2013, cujos resultados foram comparados com dois grupos de controle: o primeiro composto por estudantes que não realizaram nenhum tipo de mobilidade acadêmica internacional durante a graduação e o segundo formado por discentes que fizeram intercâmbio internacional, porém, por intermédio de outras iniciativas que não o CsF. A metodologia empregada foi o Propensity Score Matching (PSM), uma técnica econométrica para avaliação de impacto, que permitiu comparar indivíduos semelhantes em características observáveis no que se refere à nota obtida no ENADE. Já o segundo ensaio tratou da relação do Programa CsF com as taxas de evasão e conclusão no curso de ex-bolsistas do programa, considerando os mesmos grupos de controle utilizados no primeiro artigo. Com base nos microdados do Censo da Educação superior (CenSup) de 2014 e 2015, o pesquisador construiu um painel de estudantes que possibilitou identificar os alunos que participaram do CsF e acompanhar a sua trajetória no curso de origem no retorno ao Brasil. A metodologia utilizada envolveu o uso de duas técnicas: um modelo logit multinomial e as matrizes de transição de Markov. Os resultados mostraram que os alunos do CsF trancaram mais o curso e se formam a menores taxas no tempo esperado, de acordo com a grade seriada do curso, do que ambos os grupos de comparação. Os resultados do modelo logit multinomial, controlando características dos indivíduos, das instituições, cursos e regiões, sugerem que o programa tem um efeito constante sobre a prorrogação do tempo do aluno na universidade;
- Pinto (2017) avaliou o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública de internacionalização da Educação Superior no Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Para tanto, buscou responder a seguinte

questão: “O Programa CsF no IFPB cumpriu seus objetivos?”. Dessa forma, teve-se em avaliar e identificar até que ponto o CsF foi positivo para a formação de profissionais capacitados para enfrentar o mundo do trabalho, buscando, assim, apontar os resultados do Programa em nível institucional, tendo como referencial os conceitos de eficácia, eficiência e efetividade. Os resultados mostraram que o Programa CsF foi eficaz porque teve sua meta cumprida durante a sua primeira etapa de execução, que foi de implementar 101 mil bolsas, tendo conseguido implementar 101.446 nos quatro primeiros anos. Sob o aspecto qualitativo, no tocante ao cumprimento de seus objetivos relacionados à internacionalização e à qualidade na formação dos alunos, atestou-se a eficácia do programa, a partir das entrevistas, ao mostrar que os bolsistas tiveram acesso a uma educação de qualidade com oportunidades de amadurecimento e aperfeiçoamento profissional. Quanto à eficiência, Pinto (2017) apontou que, no tocante ao recurso empregado no programa e sua relação com os resultados, ainda não era possível afirmar a sua eficiência no universo do IFPB, uma vez que muitos egressos do programa ainda eram alunos do Instituto. Entretanto, os que já se tinham formado, atribuíram suas colocações no mercado de trabalho como consequência da participação no programa, demonstrando uma certa eficiência nesses casos. Institucionalmente, a autora apontou que o programa desencadeou no IFPB uma série de propostas que favoreceram a internacionalização, como a aprovação de um regulamento para a mobilidade estudantil internacional, especificando regras e critérios para o aproveitamento de disciplinas cursadas no exterior, além de acordos firmados com universidades estrangeiras após o CsF.

- Ribeiro (2017) teve como objetivo geral avaliar a efetividade do CsF na promoção da visibilidade internacional acadêmica e científica da pesquisa realizada no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal de Viçosa, no período 2012 a 2016. Especificamente, propôs-se a descrever o Programa CsF à luz da análise multidimensional proposta por Secchi (2015), e pelos estudos de McDavid e Hawthorn (2006) e Nagarajan e Vanheukelen (1991), e destacar elementos do CsF que poderiam estar associadas à efetividade, e, identificar a evolução do índice JCR² de beneficiários e não beneficiários do programa no período. Para tal, o autor comparou dois grupos, os alunos beneficiários e os não beneficiários da política considerando os períodos antes e após a implementação do CsF, tendo como parâmetro as pontuações em JCR. Os resultados apontaram que o CsF não promoveu a visibilidade acadêmica do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Federal de Viçosa. Além disso, mostrou que o CsF não obteve, naquele momento, o impacto desejado, apresentando obstáculos à sua efetividade pela falta de detalhamento de objetivos e de previsão de métodos avaliativos, quanto por desequilíbrios nas atribuições dos atores.
- Manços (2017), teve como objetivo prover subsídios para a avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), especialmente no contexto de políticas públicas de internacionalização e de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), por meio da análise do impacto do Programa Ciência sem Fronteiras nas coautorias internacionais por área de conhecimento e/ou temas prioritários, utilizando técnicas de

² O JCR publica o índice chamado *impact factor*, que consiste na média de citações dos artigos de determinado periódico dos dois anos anteriores.

bibliometria. Seus resultados apontaram indícios de que o Programa foi capaz de estimular e manter a colaboração internacional entre pesquisadores. Todavia, ainda não foi possível afirmar se os efeitos são significativos ou não. O autor indica a necessidade de avaliações futuras sobre a influência do programa nas mais diversas disciplinas científicas e nas respectivas redes de coautorias, além de estudos sobre outras questões que derivam do trabalho.

- Moura (2018) avaliou os aspectos positivos e negativos do CsF para a área de Ciências Agrárias, tomando-se como lócus de pesquisa a Universidade Federal de Viçosa. Seus resultados também apontaram inúmeras críticas em relação ao planejamento, organização e condução do Programa CsF, além de deficiências no aprofundamento na área de estudo e também no crescimento profissional. No entanto, observou que entre os pontos positivos mais citados pelos bolsistas foram a possibilidade de aprender um novo idioma e a ajuda financeira do Programa.
- Granja (2018) avaliou os efeitos do Ciência sem Fronteiras na Universidade de Campinas (UNICAMP), no período de 2011 até 2016, do ponto de vista institucional, buscando analisar como a Universidade inseriu o Ciência Sem Fronteiras em sua estratégia de internacionalização e quais os efeitos para o ensino de graduação, pesquisa e para a internacionalização da universidade. Segundo a autora, o termo “efeito” foi utilizado para se referir aos resultados e impactos de curto-prazo gerados pelo programa na instituição. Os resultados da pesquisa apontaram que o programa apresentou fragilidades em diversas fases, considerando o ciclo de políticas públicas. Essas dificuldades foram identificadas desde a formação da agenda até a implementação da política. A avaliação concluiu que, embora tenham ocorrido efeitos institucionais positivos tanto nos cursos de graduação quanto na internacionalização da UNICAMP, esses efeitos foram modestos e limitados, e vieram acompanhados de uma série de dificuldades administrativas.

Fonte: Adaptado de Garcia (2020).

Tais pesquisas demonstram que, de maneira geral, ocorre uma predominância de modelos de avaliação assentados em uma linha teórico-metodológica positivista, as quais buscam mensurar os resultados do Programa a partir de sua eficiência, eficácia e efetividade, apontando, principalmente, críticas e falhas da política.

Ao problematizar o campo da avaliação, hegemonicamente centrado no paradigma positivista que perpassa também o campo universitário e o campo da internacionalização, emerge a necessidade de lentes epistemológicas mais críticas e interpretativas que resultem em um entendimento mais profundo sobre a forma como uma política realmente ocorre e é experienciada por uma multiplicidade de atores em um determinado espaço-tempo. (RODRIGUES, 2011; LEJANO, 2012).

Nesse sentido, rompendo com esse modelo clássico de avaliação, por meio de uma avaliação em profundidade e com o aporte da dimensão experiencial de Lejano (2012), foi

possível compreender como se deu a experiência do Programa CsF na UFC e suas ressignificações pelos atores institucionais como se verá na próxima seção.

4.2 Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras: uma ruptura

De forma diferenciada às avaliações abordadas na revisão de literatura, buscou-se romper com esse modelo clássico, pois critérios de eficácia, eficiência e efetividade pré-definidos não são suficientes para se compreender por que as políticas públicas funcionam ou falham. Para tal, é necessário se aprofundar no que essas instituições realmente são e entender seu funcionamento para além das estruturas formais, uma vez que uma política sofre modificações à medida que adentra em diferenciados contextos, momentos e de acordo com seus gestores. (LEJANO, 2012).

Portanto, sob a perspectiva da avaliação em profundidade, buscou-se compreender como se deu a experiência do CsF na UFC a partir da análise dos paradigmas que nortearam o Programa CsF, do seu contexto político-institucional de implementação e da trajetória institucional do Programa, cujos resultados estão sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 2- Síntese: avaliação em profundidade do Programa CsF na UFC

Eixos Analíticos da Avaliação em Profundidade	Indicadores	Resultados
Análise de conteúdo	Análise dos objetivos, dinâmica de implantação, bases conceituais, paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam o Programa CsF.	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentou-se em uma dimensão econômica do plano de Governo de Dilma Rousseff a fim de atender a interesses particulares do mercado; - Configurou-se como um modelo de cooperação Norte-Sul, ao estabelecer relações somente com países desenvolvidos; - Foi elaborado de cima para baixo, sem participação das universidades brasileiras; - Elevou o número de alunos no exterior, tornando a UFC destaque em mobilidade acadêmica.
Análise de contexto	Análise do momento político e das condições socioeconômicas em que o CsF foi formulado e encerrado, bem como apreensão do modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação nos âmbitos nacional e institucional	<ul style="list-style-type: none"> - Criado no Governo Dilma Rousseff em 2011, em uma conjuntura de Estado neodesenvolvimentista. - Começou a ser implementado na UFC em 2012, na gestão do Reitor Jesualdo Pereira Farias (2008-2015) em uma conjuntura de expansão da universidade e interiorização do ensino superior; - Extinto no Governo Michel Temer (2016-2018) sob a justificativa de alto custo; - Foi suspenso na gestão do Reitor Henry de Holanda Campos (2015-2019), uma gestão marcada por ações de internacionalização; - A partir do CsF iniciou-se uma reestruturação na estrutura de internacionalização da UFC e um aumento de ações voltadas para a temática.

Quadro 3- Síntese: avaliação em profundidade do Programa CsF na UFC

(conclusão)

Eixos Analíticos da Avaliação em Profundidade	Indicadores	Resultados
Trajetória institucional	Análise do percurso do CsF ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais da UFC.	<p>-As histórias de vida dos gestores se entrelaçam com a história da UFC e a experiência internacional dos gestores contribuiu para o reconhecimento da relevância da mobilidade;</p> <p>- Sobre as concepções de internacionalização, tantos os gestores da administração superior, quanto os coordenadores de curso apresentaram uma ideia de internacionalização voltada para as trocas solidárias, com exceção de um coordenador do curso de engenharia de produção mecânica, que apresentou uma concepção voltada para o atendimento das demandas de mercado;</p> <p>- Sobre a internacionalização da UFC, os gestores da administração superior avaliam-na positivamente, com base na criação da Pró-Reitoria de Internacionalização (PROINTER) e no destaque da UFC nos <i>rankings</i> internacionais; Já os coordenadores de cursos veem que a internacionalização ainda precisa se desenvolver, pois enfrenta barreiras como a língua e a presença de poucos alunos estrangeiros na UFC;</p> <p>- Sobre o Programa CsF na UFC, tanto os gestores da administração superior quanto os coordenadores de cursos concordam que o Programa ampliou a formação dos alunos e contribuiu para a democratização do ensino superior. No entanto, só os gestores da administração superior compreendem que o CsF contribuiu para estruturar o processo de internacionalização da UFC;</p> <p>Sobre o planejamento do Programa CsF, tanto os gestores da administração superior quanto os coordenadores de cursos compreendem que o Programa foi elaborado de forma muito rápida e desconsiderou a participação das universidades e suas especificidades locais.</p> <p>Sobre a implementação na UFC, ambos os grupos relataram a dificuldade de acompanhamento dos alunos, pois era restrita à CAPES e ao CNPq, a dificuldade em aproveitar as disciplinas no retorno dos alunos, o tempo a mais que os alunos levaram para se formar, a falta de contrapartida dos alunos para a UFC no retorno do CsF;</p> <p>Sobre os resultados do Programa CsF, os coordenadores de curso percebem que o CsF contribuiu somente na formação dos alunos; já os gestores da administração superior compreendem que o CsF contribuiu para ampliar a formação dos alunos, para identificar a rigidez dos currículos da UFC, deu maior visibilidade à UFC nos cenários nacional e internacional, influenciou positivamente as Casas de Cultura da UFC e fortaleceu o processo de internacionalização da UFC.</p>

Fonte: Adaptado de Garcia (2020).

Por meio da análise do conteúdo da política, evidenciou-se que, apesar de se configurar como um programa de internacionalização da educação superior, o CsF estava inserido na dimensão econômica da agenda do governo, sendo norteado por princípios economicistas a fim de atender a interesses particulares do mercado, especialmente ao estabelecer áreas prioritárias, como ciência e tecnologia, que são áreas consideradas forças produtivas. Apesar disso, a inserção de uma área abrangente denominada “indústria criativa” possibilitou que alguns cursos da área de humanidades, como Jornalismo, Publicidade, Design de Moda, Cinema, pudessem participar no primeiro ano de implementação do Programa, em 2012.

Por ter sido originado a partir das relações bilaterais entre Brasil e EUA, configurou-se como um modelo de cooperação Norte-Sul, em que predomina o imperialismo e hegemonia do conhecimento produzido nos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, tanto que os Estados Unidos foram os países que mais receberam alunos do Programa CsF. (CIENCIA SEM FRONTEIRAS, 2018).

Identificou-se também que o Programa CsF foi elaborado de cima para baixo, sem participação das universidades brasileiras, comprometendo a discricionariedade em seu processo de implementação. (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, as atribuições da UFC restringiram-se a divulgar os editais e homologar as inscrições por meio da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAI), registrar a participação dos alunos por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e efetuar o aproveitamento das disciplinas desses alunos nas coordenações de curso.

A partir da análise de conteúdo, foi possível compreender como era a internacionalização antes, durante e após o Programa CsF. Antes do CsF, a CAI tinha como atribuições coordenar as relações da UFC com instituições estrangeiras, por meio de outros programas de mobilidade, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e o estabelecimento de convênios com universidades estrangeiras. Com o Programa CsF, houve um salto substancial no número de alunos da UFC no exterior, fazendo com que a UFC se tornasse a primeira do Ceará e a segunda do Nordeste em relação à participação no Programa. Esses índices reduziram drasticamente com o fim do Programa.

A análise do contexto político-institucional trouxe elementos relevantes para se entender a experiência do Programa CsF na UFC, mostrando que o Programa CsF foi criado no Governo Dilma Rousseff em 2011, em um contexto de Estado neodesenvolvimentista (SINGER, 2018), a partir de uma aproximação com os Estados Unidos, seguindo o modelo *top down* de políticas públicas, desconsiderando, assim, a participação das universidades no processo de formulação e planejamento da política. No entanto, com o *impeachment* da presidente e a assunção de Michel Temer à presidência, sob uma conjuntura ultraneoliberal, o CsF foi encerrado para a graduação, sob a justificativa de cortes orçamentários.

O Programa CsF teve suas primeiras bolsas implementadas na UFC em 2012 na gestão do reitor Jesualdo Pereira Farias (2008-2015), em um contexto de ampliação das políticas públicas de educação superior e democratização do acesso. Nesse período, a CAI era responsável pelas relações internacionais, contando com o trabalho de seis servidores e um terceirizado, o que não foi suficiente para atender a alta demanda decorrente do CsF.

Após a ida do professor Jesualdo Pereira Farias para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) em 2015, assumiu a Reitoria o vice-reitor, professor Henry de Holanda Campos, cuja gestão priorizou ações de internacionalização, dentre elas a transformação da CAI na Pró-Reitoria de Relações Internacionais (PROINTER) em 2017.

Mesmo após o fim do CsF e a diminuição da mobilidade acadêmica na UFC, o campo da internacionalização continuou passando por transformações, uma vez que em 2020, a PROINTER assumiu novos contornos, passando a ser chamada Pró-Reitoria de Relações Internacionais e Desenvolvimento Institucional, voltada para o desenvolvimento de ações de empreendedorismo e inovação. Dessa forma, nesse novo contexto, a internacionalização associada à ideia de solidariedade vai perdendo espaço e vai assumindo uma nova trajetória na UFC, voltando-se para o atendimento pleno das demandas do mercado.

Por fim, a trajetória institucional, um dos pontos mais relevantes para o entendimento da experiência de implementação das ações dentro de uma política gestada nas esferas superiores (RODRIGUES, 2011), como é o caso do Programa CsF, mostrou as diferentes percepções que o Programa teve entre os gestores de diferentes níveis hierárquicos e áreas de conhecimento, que vão além de suas posições ocupadas na instituição, mas envolvem seus valores, suas culturas e como se relacionam com a Universidade em um dado momento.

Assim, observou-se que as histórias de vida dos gestores se entrelaçam com a história da UFC e com os contextos históricos, influenciando suas percepções sobre o Programa CsF na UFC e sua implementação; já a experiência internacional dos gestores contribuiu para o reconhecimento da relevância da mobilidade, o que certamente permitiu à UFC uma maior apropriação do CsF no tocante à implementação do Programa.

Os gestores da administração superior apresentaram uma concepção de internacionalização pautada nos princípios da solidariedade e da troca de conhecimento entre as universidades, conforme preconiza a UNESCO. Entre os coordenadores de curso, também se observou a mesma concepção de internacionalização, com exceção de um coordenador do curso de engenharia de produção mecânica, que apresentou uma ideia de internacionalização voltada para atender as demandas do mercado, conforme o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Sobre a internacionalização da UFC, os reitores e o pró-reitor de graduação 2 avaliam a internacionalização da UFC com base nos destaques nos *rankings* e na criação PROINTER; o coordenador de assuntos internacionais atribui o destaque da internacionalização à elevação da mobilidade pelo CsF; já o pró-reitor de graduação 1, embora reconheça que a internacionalização da UFC foi crescente nos últimos anos, acredita que ainda é um processo tímido, pois a UFC envia muitos alunos, mas recebe poucos alunos estrangeiros; os coordenadores de curso corroboram com essa percepção.

Em relação ao Programa CsF na UFC, os gestores o percebem como uma ampliação de oportunidades na formação dos estudantes, uma política que fortaleceu as políticas de democratização do ensino superior, pois possibilitava que a alunos de qualquer classe social pudessem realizar um intercâmbio. Além disso, para eles, o Programa contribuiu para a estruturação da internacionalização na Universidade. Foram unânimes em afirmar que foi criado de forma muito rápida e sem a participação das universidades, limitando suas ações na implementação, dificultando o acompanhamento dos alunos durante o período do intercâmbio, e o aproveitamento das disciplinas no retorno, já que os currículos eram diferentes. Ademais, também mencionaram a falta de contrapartida no retorno para a UFC, algo não previsto no planejamento do Programa.

Observou-se que os gestores da administração superior conseguiram ver os resultados institucionais do CsF para a UFC. Para eles, o CsF contribuiu para a formação dos alunos, contribuiu para identificar a rigidez dos currículos da UFC, deu maior visibilidade à UFC no cenário nacional e internacional, fortaleceu o processo de internacionalização da Universidade e influenciou positivamente as Casas de Culturas Estrangeiras. Já para os coordenadores de cursos, os resultados do CsF foram de ordem pessoal para os alunos, pois não contribuiu para mudança dos desenhos curriculares nem das metodologias de ensino.

Sobre a relação do CsF com a internacionalização da UFC, os gestores da administração superior entendem que o CsF representou a internacionalização da UFC naquele período, sensibilizou a comunidade acadêmica para a internacionalização, influenciou nos *rankings* de internacionalização e contribuiu para o aumento da mobilidade acadêmica (passiva) na UFC. Para os coordenadores de curso o Programa CsF consistiu em uma parte da internacionalização da Universidade.

Os resultados desta pesquisa possibilitaram um panorama sobre a internacionalização antes, durante e após o Programa CsF, mostrando como CsF impulsionou a internacionalização da UFC e induziu a internacionalização da universidade, transformando não somente suas estruturas internas, mas os sentidos da internacionalização.

Infere-se também que não é o desempenho da política que sinaliza porque ela funciona ou fracassa, mas sim as mudanças de contextos político, econômico e institucional que alteram suas trajetórias, podendo levar à sua extinção. Por isso, não se pode desconsiderar os sujeitos envolvidos nas políticas, bem como os contextos sociopolíticos e culturais nacionais, regionais e locais onde essas políticas se realizam e as contradições neles inerentes, dimensões naturalmente imensuráveis.

Esta pesquisa avaliativa possibilitou uma compreensão mais ampla e detalhada acerca do Programa CsF na UFC, considerando suas intencionalidades, diferentes contextos e distintos sujeitos envolvidos em sua implementação, produzindo indicadores sobre o Programa e a internacionalização, que contribuem para a afirmação das possibilidades da educação superior como um direito e um bem público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um levantamento bibliográfico sobre estudos avaliativos produzidos acerca do Programa CsF, foi possível identificar a predominância de avaliações orientadas pelo paradigma positivista de avaliação, regidas pela agenda neoliberal e restritas à dimensão econômica, cujos resultados tendem a apontar para o fracasso da política.

Buscando ampliar a compreensão sobre o Programa CsF em um lócus institucional específico, a UFC, esta pesquisa avaliativa amparou-se na perspectiva da avaliação em profundidade, de Rodrigues (2008), orientada pelo paradigma hermenêutico de Lejano (2012), pois entende que para avaliar uma política é necessário adentrar nos campos do seu contexto e da experiência, dando voz aos sujeitos responsáveis por colocar a política em prática.

Dessa forma, nesta avaliação não se precisou os fatores que teriam sido mais preponderantes na implementação do CsF, mas buscou-se compreender como essa política pública foi experienciada na UFC sob a perspectiva de seus atores institucionais. Entende-se, portanto, que não se pode avaliar uma política pública sem considerar suas intencionalidades, os valores e ideias que a orientam. Não se pode desconsiderar também o contexto político, econômico, social e cultural em que ela está inserida.

A partir desta avaliação, foi possível compreender que, à medida que a política vai adentrando nos espaços institucionais, vai sofrendo alterações de acordo com os sistemas de crenças de seus agentes, com as redes de interesses e jogos de poder que a circunscrevem e apresentando as contradições inerentes à instituição.

Sob esta perspectiva avaliativa produziram-se novos indicadores sobre o Programa CsF que, diferentemente dos resultados das avaliações clássicas do CsF, mostraram como a implementação do Programa CsF induziu a internacionalização da UFC e como essa internacionalização foi assumindo novos sentidos e trajetórias na Universidade, tanto quanto à

reconfiguração de dimensões formais da instituição, quanto nas dimensões informais, agenciando novas perspectivas e representações entre distintos atores institucionais quanto à experiência internacional.

Além disso, os resultados desta avaliação evidenciam como o Programa CsF contribuiu para a afirmação do desenvolvimento de ações de educação superior, afirmando-a como um direito e um bem público.

Nesse sentido, importa salientar a urgência de se ampliar o debate e os estudos acerca da avaliação de políticas públicas também em uma perspectiva contra hegemônica, que amplie a compreensão sobre os resultados da política por meio do entendimento mais aprofundado da realidade da política, não com base em julgamentos ou em indicadores quantitativos, que pouco contribuem para uma transformação das instituições, mas sim por meio de uma compreensão sobre a política à luz de paradigmas mais compreensivos e críticos de avaliação, como realizado aqui.

REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália et. Ali. **Para Compreender a Ciência** – uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 1988.

ATHAYDE, André Luiz Mendes. **Uma Avaliação dos Impactos do Programa Ciência sem Fronteiras na Perspectiva de Beneficiários das Instituições Federais de Ensino Superior de Montes Claros – MG**. 2016. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Administração - Mestrado Profissional). Universidade Federal de Viçosa (MG), 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, dez, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Relatório nº 21- CCT, 2015**. Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática: Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3789268&disposition=inline>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Linhas epistemológicas do conhecimento**. Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem/SENPE. São Luís- Ma, junho/2005.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Crítica Como exigência do Tempo Presente: Desafios no Cotidiano Universitário**. Semana de Integração do semestre 2015.2. Fortaleza- CE, 2015.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. **O Programa**. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 14 maio 2018.

CONCEIÇÃO, Otavio Canozzi. **Uma Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras: efeitos sobre desempenho, trancamento e conclusão**. 2017. Dissertação. (Programa de Pós-

Graduação em Economia do Desenvolvimento da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Documento Completo do Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília, 26 de julho de 2011. Disponível em: http://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/Ciencia-sem-Fronteiras_DocumentoCompleto_julho2011.pdf. Acesso em: 24 maio 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. Programa Ciência sem Fronteiras terá novo foco. **Portal CAPES**, 26 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br/pt/36-noticias/8052-programa-ciencia-sem-fronteiras-tera-novo-foco-com-objetivo-de-beneficiar-alunos-mais-pobres>. Acesso em: 10 jul. 2019.

CRUZ, Viviane Xavier de Araújo. **Programa Ciência sem Fronteiras: uma avaliação da política pública de internacionalização do ensino superior sob a perspectiva do paradigma multidimensional**. 2016. Dissertação. (Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT). Universidade Federal de Goiás, 2016.

GARCIA, Márcia Monalisa de Moraes Sousa. **Trajetórias da Internacionalização da Universidade Pública: avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará**. 2020. 223f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GRANJA, Cintia Denise. **Internacionalização e Mobilidade Estudantil: o Programa Ciência sem Fronteiras na Universidade Estadual de Campinas**. 2018. Dissertação. (Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas). Universidade Estadual de Campinas, 2018.

GUSSI, Alcides Fernando e OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo Paradigmas Contra Hegemônicos de Avaliação de Políticas Públicas. *In: I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas*, 2015. Disponível em: http://www.anepcp.org.br/redactor_data/20161128173253_sl_alcides_fernando_gussi.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teóricos e metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **AVAl** Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan-jun, 2008. p 29-39.

GUSSI, Alcides Fernando. Outras epistemologias e metodologias: a experiência do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. *In: Revista Aval*, vol. 2, nº 16, julho/dezembro, 2019.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MANÇOS, Guilherme de Rosso. **Mobilidade acadêmica internacional e colaboração científica: subsídios para avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras**. 2017. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Modelagem de Sistemas Complexos). Universidade de São Paulo, 2017.

MOURA, Marina Lourenço. **Avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras**: um estudo na área de ciências agrárias da Universidade Federal de Viçosa – Viçosa/MG. 2018. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2018.

OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. A Implementação do Programa Bolsa Família sob a perspectiva da condicionalidade educacional: uma análise a partir dos agentes públicos de base. In: **Revista do Serviço Público**. Brasília: 517-544. Out/dez 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/527>. Acesso em: 03 jul. 2019.

PINTO, Patrícia Nogueira de Carvalho. **Internacionalização da Educação Superior**: um estudo sobre o Programa Ciência sem Fronteiras no IFPB. 2017. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior). Universidade Federal da Paraíba, 2017.

RIBEIRO, Carlos Pedro Da Silva. **Análise do Programa Ciência sem Fronteiras (Csf) e de sua Efetividade na Promoção da Visibilidade Internacional dos Trabalhos Científicos dos Programas de Pós-Graduação do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas/UFV**. 2017. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional-PROFIAP), Universidade Federal de Viçosa, 2017.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval.** n. 1. Fortaleza: UFC, 2008. Disponível em: <http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>. Acesso em: 22 jun. 2018.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação de Políticas Públicas no Brasil: antecedentes, cenário atual e perspectivas. In: PRADO, Edna Cristina e DIÓGENES, Elione Maria Nogueira (org.) **Avaliação de Políticas Públicas**: entre Educação & Gestão Escolar. Maceió/AL, EDFAL, 2011.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. In: **Desenvolvimento em debate**, v. 4, n.1, p. 103-115, 2016. Disponível em: http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_v_4_1_Lea-Carvalho.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**, v. 6, n. 6, p. 37–50, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Estado%20da%20arte%20Romanowski%20e%20Ens%20-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

VIEIRA, Alice Gravelle. **O Programa Ciência sem Fronteiras sob a Perspectiva do Ciclo de Políticas Públicas**: uma avaliação ex post do processo de implementação. 2016. Dissertação. (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2016.